



CORPORATE SOCIAL PERFORMANCE: Análise da Evolução do Construto nos Estudos Empíricos Publicados entre 1975 e 2014

CORPORATE SOCIAL PERFORMANCE: Analysis of the Construct Evolution on Empirical Studies Published between 1975 and 2014

Ana Cláudia Azevedo ⁽¹⁾

Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, SP

Denis Pereira dos Santos ⁽²⁾

Universidade Nove de Julho/UNINOVE, São Paulo, SP

João Maurício Gama Boaventura ⁽³⁾

Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, SP

RESUMO

Pesquisas empíricas sobre Corporate Social Performance mostram-se desalinhadas do construto, ocasionando imprecisões teóricas e operacionais. Diante deste gap, o objetivo deste estudo foi analisar a evolução do construto Corporate Social Performance nos estudos empíricos publicados entre 1975 e 2014, no intuito de I) identificar o conceito de Corporate Social Performance adotado, II) levantar sob qual abordagem teórica os estudos se desenvolvem e III) inventariar as variáveis de Corporate Social Performance utilizadas. A revisão teórica abordou os principais modelos de Corporate Social Performance, discutindo limitações do construto na literatura. A partir da base ISI Web of Knowledge realizou-se análise de conteúdo de 105 artigos, dividida em: análise descritiva (ano, periódico e abordagem metodológica) e análise teórica (fundamentação teórica, conceito e variáveis). Como resultado, verificou-se que o construto Corporate Social Performance e suas variáveis, se desenvolveram sem assumir um padrão, embora tangenciem para uma abordagem mista, envolvendo questões sociais e stakeholders. As principais variáveis empregadas foram: meio ambiente, comunidade e empregados. Embora os resultados apontem que não há consenso de uma Corporate Social Performance universal, enquanto medida de desempenho, este construto deve ser empregado sob uma premissa conceitual, alinhada aos objetivos de cada pesquisa. A contribuição deste estudo consiste em apresentar um panorama contextualizado do construto Corporate Social Performance provendo direcionamentos para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Palavras-chave: corporate social performance; responsabilidade social; stakeholders

ABSTRACT

Empirical research on Corporate Social Performance show a construct misalignment, leading to theoretical and operational imprecision. Facing this gap, the aim of this study was to analyze the evolution of the construct Corporate Social Performance in empirical studies published between 1975 and 2014, in order to I) identify the Corporate Social Performance concept predominant, II) raise the theoretical approach under which the studies were developed and iii) catalogue the Corporate Social Performance variables. The literature review addressed the main Corporate Social Performance models, discussing limitations of the construct. 105 papers from the ISI Web of Knowledge were analyzed and divided into descriptive analysis (year, periodic and methodological approach) and theoretical analysis (theoretical background, concepts and variables). As a result, it was found that the Corporate Social Performance construct has been developed without a pattern, although with a tendency to a mixed approach, involving social and stakeholders issues. The key variables considered were: environment, community and employees. Although the results point

that there isn't a universal consensus on Corporate Social Performance, as a measure of performance, this construct must be employed under a conceptual premise in line with the objectives of each research. The contribution of this study is to show a contextual overview of the Corporate Social Performance construct, providing directions for future research development.

Keywords: corporate social performance; social responsibility; stakeholders.

INTRODUÇÃO

O conceito de Corporate Social Performance, ou CSP como é comumente conhecido, emergiu na literatura organizacional a partir da década de 70 (WOOD, 2010). Em suas primeiras manifestações foi empregado para descrever o envolvimento e o impacto das empresas na esfera social, como um ferramental que permitisse tal mensuração (GOND; CRANE, 2010).

Apesar de sua gênese alicerçada em Responsabilidade Social Corporativa (RSC) (WOOD, 2010), ao longo de seu desenvolvimento este construto foi gradativamente associado a uma gama de teorias coexistentes na literatura de Business Ethics, tais como: Ética Empresarial, Cidadania Corporativa e Teoria dos Stakeholders (GOND; CRANE, 2010). Esse leque de abordagens complementares na delimitação do construto de CSP o cercaram de complexidade favorecendo o emprego impreciso de suas definições (SCHWARTZ; CARROLL, 2007).

Neste sentido, as pesquisas empíricas sobre CSP estão em grande parte, desconectadas do desenvolvimento teórico do conceito, o que compromete a validade das mesmas, e, ocasiona um desalinhamento de posicionamentos, frequentemente detectado nos estudos empíricos (GRIFFIN; MAHON, 1997; GOND; CRANE, 2010). Observa-se ainda que “apesar de sua longevidade, os domínios de CSP continuam

controversos, fluidos, ambíguos e difíceis de pesquisar” (WOOD, 2010, p. 50).

Assim, diante do gap teórico ocasionado pelas indefinições conceituais acerca do construto de CSP o objetivo deste estudo é: analisar a evolução conceitual do construto Corporate Social Performance nos estudos empíricos publicados no período de 1975 à 2014. Este recorte foi determinado por contemplar a primeira menção formal ao conceito de CSP registrada na literatura.

Além deste gap teórico, um gap empírico também envolve as pesquisas de CSP e a utilização circunstancial de variáveis aplicadas para sua mensuração (GOND; CRANE, 2010). Em geral, essas variáveis contemplam stakeholders e/ou questão sociais (GAO, 2008), e podem variar de acordo com o modelo conceitual de CSP empregado no estudo em questão.

Diante destes gaps e em complemento ao objetivo proposto para este estudo assume-se os seguintes objetivos específicos (I) identificar qual o conceito de CSP predominantemente adotado nos estudos empíricos (II) levantar a partir de qual abordagem teórica os estudos se desenvolvem e, (III) inventariar as variáveis de CSP empregadas nos modelos empíricos, classificando-as em dimensões de responsabilidade social ou stakeholders.

Entende-se que o desalinhamento entre a abordagem teórica e operacional de CSP verificado nos estudos empíricos ocasiona falhas na validação do construto (GOND; CRANE, 2010). Desse modo, o que

se espera ao analisar a evolução das publicações é, sinalizar possíveis tendências na delimitação do que efetivamente represente CSP em termos teóricos e operacionais. E assim, auxiliar o desenvolvimento de pesquisas futuras acerca deste tema.

ORIGENS DO CONSTRUTO CORPORATE SOCIAL PERFORMANCE

Na década de 50 com a iminência da Teoria Geral dos Sistemas, as organizações deixaram de ser vistas como sistemas fechados e passaram a ser percebidas como sistemas abertos, que interagem com o ambiente em que estão inseridas, captando recursos e devolvendo resultados – podendo estes ser bons ou ruins (WOOD, 2010). A partir desta época iniciaram-se as discussões acerca da responsabilidade social corporativa das empresas e de seus gestores (DE BAKKER; GROENEWEGEN; HOND, 2005). O livro de Howard Bowen de 1953 “Responsabilidades Sociais dos Homens de Negócio” marca o início das pesquisas sobre esse tema (CARROLL, 1999, p. 269).

O novo contexto organizacional tornou necessário às empresas reportar seu envolvimento e atuação, sobretudo em relação às suas obrigações para com a sociedade. Para operacionalizar o atendimento desta demanda, a partir dos anos 70, emergiu na literatura um novo conceito denominado Corporate Social Performance ou CSP (WOOD, 2010).

Em sua gênese, diretamente associada à responsabilidade social corporativa, a CSP incumbia-se sumariamente de descrever o envolvimento e o impacto das empresas na esfera social, como um ferramental que permitisse esse tipo de mensuração (GOND; CRANE, 2010). Ao longo dos últimos 40 anos,

muitas contribuições foram incorporadas ao construto de CSP, sobretudo no desenvolvimento de modelos e definições amplamente referenciados na literatura e que serão descritos a seguir.

Evolução da Literatura de Corporate Social Performance

A primeira menção à CSP de que se tem indícios na literatura foi cunhada por Sethi (1975). O autor desenvolveu um modelo de avaliação estrutural do CSP, para classificar e adaptar o comportamento corporativo às necessidades sociais, dividindo-o em três estágios: (I) obrigação social, (II) responsabilidade social corporativa e (III) responsividade social. A obrigação social diz respeito ao comportamento da empresa em resposta às questões legais. Já a responsabilidade social representa o comportamento das empresas em relação às normas, valores, expectativas e desempenho sociais. A responsividade social por sua vez, implica em ações de longo prazo, além daquelas relativas às pressões sociais (SETHI, 1975).

Contemporâneo a Sethi (1975), o modelo de Frederick (1978) centrou-se em duas variáveis: responsabilidade social corporativa denominada de CR1 e responsividade social ou CR2. A CR1 refere-se à obrigação das empresas em trabalhar para a melhoria da sociedade, enquanto a CR2 é definida pela capacidade das empresas em responder às pressões sociais (FREDERICK, 1978). Tais definições se assemelham ao modelo de Sethi (1975).

Ainda ao final dos anos 70, com o intuito de observar o comportamento das empresas diante de questões sociais inerentes, Carroll (1979) propôs seu modelo de CSP. Com uma abordagem

tridimensional, o modelo de Carroll (1979) conseguiu definir CSP como uma intersecção de três dimensões que devem ser analisadas de maneira integrada, sendo elas: (I) filosofia de responsividade social, (II) categorias de responsabilidade social corporativa e (III) temas sociais envolvidos.

Os modelos propostos até então, não se ocupavam com aspectos quantitativos da CSP. A partir de meados dos anos 80, CSP começou a ganhar novos enfoques quando Wartick e Cochran (1985) avaliaram o modelo de Carroll (1979) e apresentam suas novas proposições. Os autores incluíram itens quantitativos na análise, sobretudo no âmbito da dimensão de responsividade social corporativa, o que viria a facilitar a exploração de CSP nos estudos empíricos. Estes autores avaliam a CSP de acordo com princípios, processos e políticas.

Seguindo a linha de evolução, Wood (1991) realizou um trabalho de consolidação dos estudos de responsabilidade social corporativa publicados até então, com destaque para os trabalhos de Carroll (1979) e Wartick e Cochran (1985). A autora definiu CSP como um conjunto de categorias descritivas das atividades de negócio, direcionado à impactos e resultados para a sociedade, stakeholders e a própria firma. O modelo formulado por Wood (1991) é focado em princípios de responsabilidade social corporativa, processos de responsividade social corporativa e resultados sociais corporativos. Os princípios são expressos em três níveis: institucional (legitimidade da empresa), organizacional (responsabilidade pública) e pessoal (arbítrio dos gestores). Os processos são: diagnóstico ambiental, gestão da relação com os stakeholders e gestão de questões sociais. Resultados sociais referem-se às políticas, programas e impactos sociais da empresa.

Swanson (1995) também ofereceu suas contribuições ao desenvolvimento dos modelos de CSP ao propor um aprimoramento do modelo de Wood (1991), integrando perspectivas econômicas e normativas aos princípios de responsabilidade social. O modelo de Swanson (1995) apresenta uma visão alargada das relações de troca entre a empresa e a sociedade, englobando valores para o desenvolvimento econômico e social que legitimam a experiência das empresas e valorizam seus processos de decisão.

Ainda no ano de 1995, o modelo de Clarkson (1995) representa uma ruptura dos modelos de CSP com a Teoria de Responsabilidade Social Corporativa. A proposta de Clarkson (1995) é de que CSP pode ser analisada a partir de uma estrutura baseada no gerenciamento das relações da empresa com seus stakeholders, e, não como nas metodologias anteriores baseadas em responsabilidade e responsividade corporativa. A partir de seus estudos, Clarkson (1995) concluiu que é necessário distinguir questões relativas aos stakeholders de questões sociais, porque os gestores gerenciam relações com os stakeholders e não com a sociedade. Para o autor, a performance social de uma empresa, bem como, o desempenho de seus gestores deve ser analisado no que se refere à responsabilidade com seus stakeholders, sendo esta análise conduzida nos níveis institucional, organizacional e individual.

Assim como Clarkson (1995), Wood e Jones (1995) publicaram ainda em 1995, um artigo propondo que a Teoria dos Stakeholders seria a base mais relevante para avaliar a CSP. Ao revisitarem o modelo de Wood (1991) os autores redefiniram a parte de resultados corporativos, originalmente proposta como - políticas, programas e impacto social - para: efeitos nos

stakeholders internos, efeitos nos stakeholders externos e efeitos institucionais. O foco de análise do desempenho social passa a ser os stakeholders, pois de acordo com Wood e Jones (1995), dessa forma as empresas poderiam se engajar mais profundamente nas suas relações e obrigações com a sociedade, do que se olhassem simplesmente como um conjunto de ações estratégicas para lidar com o ambiente.

No panorama dos estudos que até então dividiam a literatura de CSP entre duas lentes distintas, quais sejam, a da Responsabilidade Social Corporativa e da Teoria dos Stakeholders, nos anos 2000 emergiram novas interpretações deste construto, evidenciadas principalmente nos estudos de Carroll (2000) e Griffin (2000). Ao revisitarem publicações anteriores sobre o tema, Carroll (2000) e Griffin (2000) redefiniram as agendas de pesquisas futuras propondo um conceito de CSP dinâmico, baseado em uma abordagem mista, que contemplasse o desempenho e o envolvimento social da empresa, tanto por questões sociais como pelo relacionamento e atendimento de seus stakeholders. Griffin (2000) argumenta que a CSP reporta o envolvimento da empresa para com a sociedade e seus stakeholders, sem distinção.

Com o passar dos anos, o construto continuou recebendo contribuições de ambas as abordagens teóricas. À exemplo do estudo de Barnett (2007), que amparou-se predominantemente na teoria das partes interessadas ao propor que as relações entre a empresa e seus stakeholders seria o alicerce para determinar o desempenho social da empresa. Enquanto Saltaoja (2014) na mais recente revisão do modelo de Wood (1991) propôs a inclusão da variável de criação e gestão do conhecimento dentro dos princípios de responsividade social.

Ao realizar uma análise comparativa dos modelos descritos é possível perceber que a gênese da CSP permanece fiel às suas origens, ou seja, em todos os modelos representa um reporte do envolvimento e da atuação das empresas na esfera social. Porém, o que se verifica é que diferentes parâmetros foram incorporados nessa análise, possivelmente em função de acontecimentos e implicações que circundaram a realidade organizacional de forma geral. O quadro 1 sintetiza as definições do construto CSP defendidas por cada autor ao longo dos anos, bem como, as características operacionais relativas a cada proposição.

Autores	Definição de Desempenho Social	Características operacionais
Sethi (1975)	Representação estrutural para análise do comportamento organizacional perante as atividades sociais.	Busca de legitimidade, normas éticas, RSC* para ações corporativas, estratégia operacional, resposta às pressões sociais, atividades referentes à ações governamentais, atividades legislativas e políticas e filantropia.
Frederick (1978)	Determinação de como as empresas trabalham para melhorar a sociedade (p. 150).	Obrigações sociais e capacidade de resposta às pressões sociais.
Carroll (1979)	Articulação e interação entre diferentes categorias de RSC, questões específicas relacionadas a essas responsabilidades e as filosofias de resposta a essas questões (p. 499).	Definição de RSC (econômica, jurídica, ética, discricionária); Filosofia da Capacidade de Resposta (responsiva, defensiva, reativa, proativa); Responsividade ou forma de resposta às questões sociais.
Wartick e Cochran (1985)	A interação subjacente entre os <u>princípios</u> de RSC, o <u>processo</u> de capacidade de resposta social e as <u>políticas</u> desenvolvidas para tratar de questões sociais (p.758).	Contrato social do negócio, negócios como agentes morais, capacidade de responder as condições mutantes da sociedade, abordagem gerencial para desenvolvimento de respostas, minimizar surpresas e determinar políticas sociais efetivas.
Wood (1991)	A configuração de uma organização de princípios de RSC, processos de responsividade social e políticas, programas e resultados observáveis e como eles se conectam com as relações sociais da empresa (p. 693).	Avaliação do ambiente, gestão de <i>stakeholders</i> e gestão de questões sociais; comportamento corporativo em relação ao impacto de atuação, programas e políticas sociais.
Swanson (1995)	Processo de capacidade de resposta social das empresas, e os resultados de comportamento empresarial integrando - a) macroprincípios de RSC; b) microprincípios de RSC; c) cultura corporativa e d) impactos sociais (p. 56).	Aspectos econômicos (<i>inputs</i> e <i>outputs</i>); ecológicos (sustentabilidade); busca de poder da corporação (avaliação do ambiente, gestão de <i>stakeholders</i> e assuntos sociais).
Clarkson (1995)	A capacidade de gerenciar e satisfazer os diferentes stakeholders da organização.	Identifica os problemas específicos de cada uma das principais categorias de <i>stakeholders</i> distinguindo: colaboradores; proprietários/acionistas; consumidores; fornecedores; governo; concorrentes.
Wood e Jones (1995)	As necessidades e interesses de todos os intervenientes que vão afetar e ser afetados por ações corporativas devem ser consideradas em qualquer abordagem global do desempenho social das empresas (p. 260).	Políticas, programas e impactos sociais analisados com base em: efeitos nos <i>stakeholders</i> internos, efeitos nos <i>stakeholders</i> externos e efeitos institucionais.
Carroll (2000)	Avaliação global do desempenho social de uma empresa relativo à maioria das questões sociais e seus <i>stakeholders</i> .	Desempenho social da empresa em relação as ações perante pelo menos quatro ou cinco principais grupos de <i>stakeholders</i> (empregados, consumidores, proprietários, comunidade e meio ambiente).
Griffin (2000)	Interação em curso entre as organizações e seus stakeholders, e vice-versa" (p. 487). A CSP não pode ser universalizada.	Princípios, processos e outputs, com foco nos <i>stakeholders</i> do ambientes externo e da dinâmica interna da organização.
Barnett (2007)	Resumo do desempenho social agregado da empresa em um determinado ponto no tempo (p. 797).	Considera a natureza dependente da trajetória das relações empresa - <i>stakeholders</i> , em função da capacidade de influência das partes interessadas.

Siltaoja (2014)	Revisita o modelo de Wood (1991) - CSP como princípios, processos e resultados, adicionando a dimensão de "criação do conhecimento".	Princípios da RSC, processos de responsividade social, incluindo estratégias de criação do conhecimento e resultados e impacto do desempenho social nas pessoas, organizações, sistemas, instituições sociais e meio ambiente.
-----------------	--	--

Quadro 1: Síntese dos modelos e definições teóricas de CSP

(*) RSC: Responsabilidade Social Corporativa / CSP: Corporate Social Performance

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se que as questões sociais puramente ditas, parecem ter cedido espaço a uma abordagem mais abrangente, com foco não só no aspecto social, mas sim em todas as partes intervenientes da organização, ou seja, seus stakeholders.

Abordagens que Estruturam a Literatura Contemporânea de Corporate Social Performance

Segundo Gao (2008), duas correntes teóricas são predominantemente associadas ao construto de CSP, quais sejam, Teoria da Responsabilidade Social Corporativa e Teoria dos Stakeholders.

Em função dessa distinção, a análise longitudinal permite identificar e enquadrar os estudos de CSP em função da abordagem que adotam para delimitação do construto. É possível verificar quando os estudos com base em responsabilidade social passaram a ser influenciados também pela Teoria dos Stakeholders, e, quando estas abordagens foram concomitantemente consideradas para embasá-lo, conforme ilustrado na Figura 1.

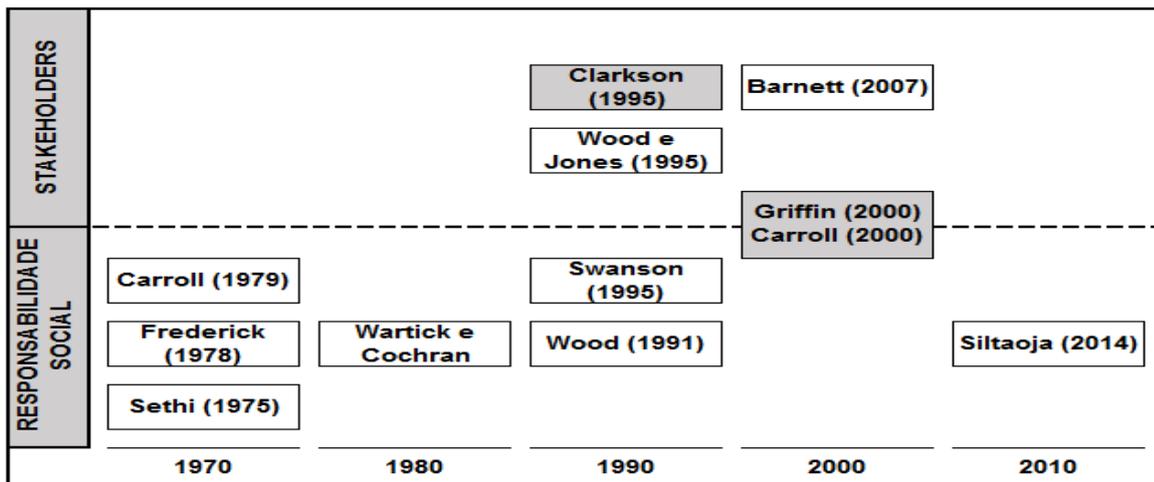


Figura 1: Abordagens teóricas que embasam o construto CSP ao longo do tempo.

Fonte: Elaborado pelos autores

Mudanças conceituais na perspectiva de desenvolvimento do desempenho social das empresas (LEE, 2008) poderiam explicar a predominância dessas duas teorias. Nos anos

1950-1960, as empresas estavam focadas em obrigações éticas e sociais dos negócios; já nos anos 1970 a postura social passou a ser consignada à expectativa de ganhos

decorrentes da atuação responsável; os anos 1980 foram marcados pelo aparecimento dos modelos sistematizados de CSP, que nos anos 1990 foram preenchidos pela abordagem da Teoria dos *Stakeholders* e gestão estratégica (LEE, 2008).

Considerando os modelos de CSP anteriormente apresentados percebe-se pela descrição dos modelos de Sethi (1975), Frederick (1978) e Carroll (1979) que estes se desenvolveram integralmente sob a ótica da Responsabilidade Social Corporativa. Assim como os modelos de Wartich e Cochran (1985), Wood (1991) e Swanson (1995), também demonstram forte vinculação a esta teoria. Embora Wood (1991) e outros, já tivessem mencionado os *stakeholders*, foi somente em 1995, principalmente quando Clarkson (1995) publicou seu trabalho, que a Teoria dos *Stakeholders* realmente começou a fazer parte dos domínios de CSP. A partir dos modelos de Clarkson (1995) e Wood e Jones (1995) observa-se que a CSP passou a ser vista como uma avaliação abrangente do comportamento social das empresas e não mais como uma avaliação isolada de questões sociais ou de atendimento a um único grupo de *stakeholders*, proposta também observada no trabalho de Barnett (2007).

Um terceiro posicionamento de natureza híbrida é percebido nos estudos de Carroll (2000) e Griffin (2000). Estes autores diferenciam-se por considerarem em seus trabalhos a CSP sob a lente da Responsabilidade Social Corporativa e da Teoria dos *Stakeholders* concomitantemente. A iminência de um estudo recente que retoma o construto de CSP pela lente da RSC (Siltaoja, 2014), reforça a argumentação de que não se tem uma clara delimitação acerca das bases teóricas desse construto, o que acredita-se não invalidá-lo diante de 40 anos de pesquisa, mas sim reforçar sua natureza complexa.

Assim, em termos operacionais, no âmbito da responsabilidade social, a CSP representa o resultado de uma organização quanto às suas atividades sociais, já no âmbito da Teoria dos *Stakeholders* o foco recai sobre o resultado da organização perante o atendimento de seus *stakeholders* (GAO, 2008). Na abordagem mista funde-se estes dois objetivos e considera-se o desempenho da empresa perante a sociedade e seus *stakeholders* (GRIFFIN, 2000).

Embora haja sobreposições de objetivos entre as abordagens, trata-se de correntes teóricas distintas (LANGRAFE; OLIVEIRA, 2014). Portanto, diante da inexistência de um modelo de CSP universal (GRIFFIN, 2000), um fator determinante para aplicação eficiente deste construto é fundamentar adequadamente sua operacionalização de acordo com a base teórica que o sustenta.

Desafios para Consolidação do Construto de *Corporate Social Performance*

A competição de temas complementares na delimitação do construto de CSP o cercam de complexidade, dificultando o consenso acerca de suas definições (SCHWARTZ; CARROLL, 2007). Embora o construto CSP venha sendo tratado na literatura há cerca de 40 anos, o mesmo não se desenvolveu de maneira precisa e consolidada, ocasionando problemas de natureza teórica e operacional. Como pontuado por Wood (2010, p.50) “apesar de sua longevidade, os domínios de CSP continuam controversos, fluidos, ambíguos e difíceis de pesquisar”. Em função disso a CSP tem sido alvo de consideráveis críticas.

Perante tais críticas, pelo menos duas argumentações distintas podem ser identificadas. A primeira em defesa de uma abordagem multidimensional para o

construto de CSP, à parte de generalizações. E a segunda, a favor do alinhamento e da padronização da CSP e suas variáveis. A exemplo da primeira abordagem cita-se os trabalhos de Griffin (2000) que embora não descarte a complexidade do construto, defende que a CSP é multidimensional, envolvendo inúmeras questões, decisões gerenciais e comportamentos corporativos, motivo pelo qual não pode ser generalizada. A autora considera que a multiplicidade de formas de cálculo é algo intrínseco à CSP e cogita sua operacionalização sem padrões definidos, ou seja em função de cada organização.

Griffin (2000) sugere ainda que o cálculo de CSP considerando, assim como em Wood (1991), princípios, processos e resultados, deva ser integrativo contemplando o ambiente externo e interno das organizações. Dessa forma, outras literaturas podem auxiliar a compreensão de cada variável, por exemplo, a literatura de *Marketing* pode auxiliar na compreensão da CSP na dimensão “clientes”, assim como a literatura em Recursos Humanos possa favorecer a dimensão “empregados”. Para a autora a literatura de CSP não deve se encerrar em si mesma. Em estudo mais

METODOLOGIA

Empreendeu-se uma pesquisa de natureza mista (quantitativa e qualitativa), de caráter bibliográfico e descritivo (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007), a fim de analisar determinadas características acerca da produção científica sobre CSP. A coleta de dados compreendeu uma busca por artigos científicos publicados em periódicos indexados na base de dados eletrônica ISI Web of Knowledge, realizada entre os meses

recente, Griffin e Prakash (2014) propõem analisá-la de forma mais ampla, considerando iniciativas e mecanismos que norteiam a estratégia das organizações em termos de reponsabilidade corporativa, ainda amparados em aspectos sociais e no atendimento dos *stakeholders*.

Já na segunda abordagem predominam os argumentos de que a diversidade de variáveis para mensuração de CSP, combinada com a multiplicidade de abordagens teóricas relativas a este construto, tem gerado confusão e ambiguidade nos estudos empíricos (GOND; CRANE, 2010). As indefinições decorrentes da multidimensionalidade implicam no uso de variadas formas de mensuração, o que pode gerar resultados diferentes em estudos diferentes para uma mesma empresa, demonstrando a necessidade de alinhamento (ROWLEY; BERMAN, 2000).

Diante destes argumentos, a partir dos estudos empíricos analisados verificou-se a evolução dos estudos envolvendo a CSP, identificando características que sinalizem para onde caminham tais estudos em atendimento aos *gaps* teórico e empírico identificados.

de abril e maio de 2015. Para determinação da amostra como critérios de busca foram delimitados: (I) o filtro: Social Sciences, (II) a área: Business Economics, (III) o tipo de documento: article, (iv) o idioma: english, e (v) o horizonte temporal: 1975 a 2014. O ano de 2015 não foi incluído por tratar-se do ano corrente. Na busca foram combinados os termos “Corporate Social”, “CSR”, e “CSP” no campo título, e os termos derivados: “CSP”, “Corporate Social Performance”, “Social Performance”, “Social and environmental performance” e “Social and

financial performance” no tópico (título, resumo e palavras-chave).

Análise de Dados

Os dados foram analisados utilizando-se a técnica de análise categorial, uma das dimensões de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). Realizada a compilação dos artigos para categorizar a amostra, o processo de análise de dados foi dividido em duas etapas: análise descritiva e análise teórica.

Análise Descritiva

Na análise descritiva os artigos foram classificados por: (I) ano (II) periódico e (III) abordagem metodológica. Na categoria de abordagem metodológica considerou-se as subcategorias propostas por Machado-da-Silva, Amboni e Cunha (1989), quais sejam: empírica, teórico-empírica e teórica.

Análise Teórica

Na análise teórica os artigos foram classificados por (I) fundamentação teórica (II) conceito e (III) variáveis dos modelos empíricos. As categorias de análise foram estabelecidas em atendimento ao objetivo e às questões de pesquisa propostos neste estudo.

(i) Fundamentação teórica: analisa a fundamentação teórica dos artigos classificando-os quanto à abordagem em: Responsabilidade Social (RS), Teoria dos Stakeholders (STK) e abordagem mista (RS/STK).

(ii) Conceito: analisa o conceito literal de CSP adotado nos artigos empíricos;

(iii) Variáveis dos modelos empíricos: analisa as variáveis adotadas na operacionalização de CSP e as categoriza quanto à stakeholders ou questões sociais.

Em relação às variáveis, para a categorização de stakeholders adotou-se a definição de

Freeman (1984), que considera stakeholders como pessoas ou grupos que afetam ou são afetados por uma organização. E para as questões sociais, foram consideradas variáveis que demonstrem qualquer prática ou envolvimento da empresa para com a sociedade, que esteja além do cumprimento de obrigações legais e não digam respeito a nenhum stakeholder ou grupos de stakeholders específicos. Nesta etapa foram selecionados para análise apenas os artigos empíricos e teórico-empíricos. Para verificação das variáveis empregadas nos modelos empíricos, adotou-se a técnica de análise de frequência.

RESULTADOS

Análise Descritiva

A pesquisa na base de dados ISI Web Of Knowledge, conforme os critérios detalhados na seção 3.1 retornou um total de 431 artigos. Após eliminar os artigos duplicados, chegou-se a um total de 180 artigos, dos quais 12 não foram localizados na íntegra, o que remeteu a uma amostra para leitura preliminar de 168 artigos.

A partir de uma leitura prévia dos artigos, os mesmos foram categorizados conforme sua abordagem metodológica, resultando em 25 artigos teóricos e 143 artigos teórico-empíricos conforme ilustrado no Gráfico 01.

De acordo com a delimitação do objetivo deste estudo, foram selecionados para segunda análise apenas os 143 artigos teórico-empíricos. Após uma leitura preliminar, foram escolhidos 105 artigos considerados alinhados à proposta desta pesquisa, compondo a amostra final. O critério de alinhamento foi a apresentação de alguma discussão acerca de definições de CSP.

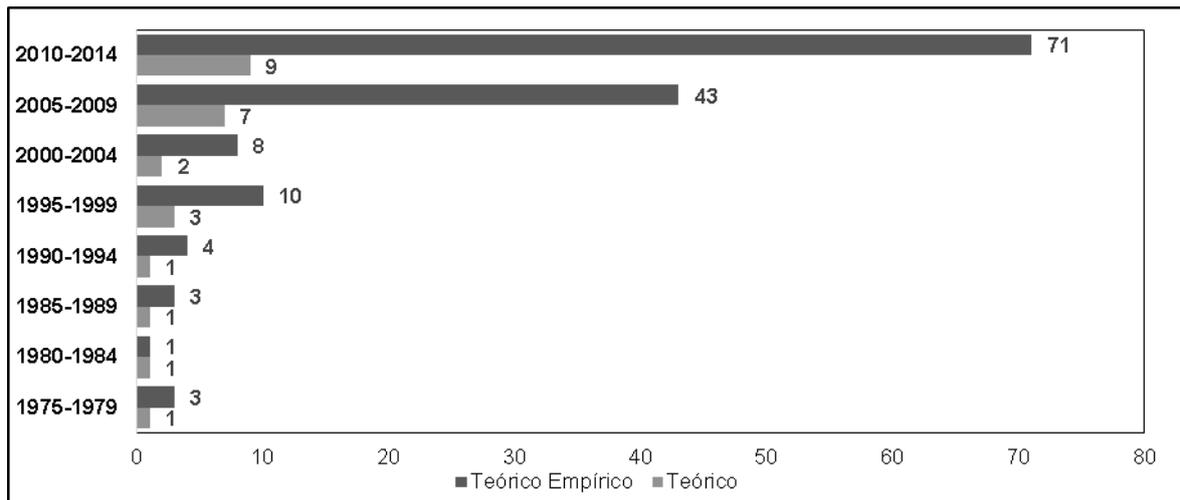


Gráfico 1. Abordagem metodológica dos artigos

Fonte: Elaborado pelos autores

A quantidade de artigos por período é apresentada no Gráfico 2, que evidencia o

aumento exponencial de publicações a partir de 2005.

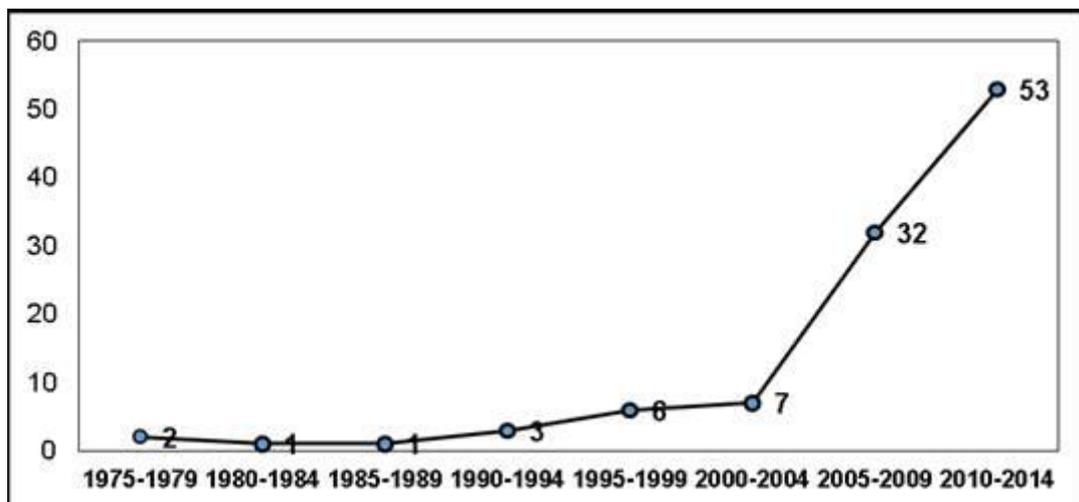


Gráfico 2. Distribuição dos artigos por período

Elaborado pelos autores

Em relação aos *Journals* com maior concentração de publicações, destaca-se o *Journal of Business Ethics* com 44% dos artigos analisados.

Tabela 1. Distribuição das publicações nos *Journals* (1975-2014)

JOURNAL	1975-1979	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1999	2000-2004	2005-2009	2010-2014	Total	(%)
Journal of Business Ethics			1	3	4	7	22	26	63	44%
Corporate Social Responsibility and Environmental Manag. Academy of Management Journal							1	6	7	5%
African Journal of Business Management	1		1	1	3				6	4%
Strategic Management Journal					1		3	2	6	4%
Business & Society							1	4	5	3%
Journal of Management					1		2	2	5	3%
Outros (35 Journals)	2	1	1	0	1	1	14	25	45	30%
Total	3	1	3	4	10	8	43	71	143	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

Outra estatística interessante diz respeito à concentração de 80% dos artigos em apenas 14 journals, os demais 30% estão dispersos em journals com menor incidência de publicações.

ANÁLISE TEÓRICA

Fundamentação Teórica

Classificando-se os artigos de acordo com a abordagem teórica predominante em seus referenciais, entre Responsabilidade Social (RS), Teoria dos Stakeholders (STK) e Responsabilidade Social e Teoria dos Stakeholders (RS/STK), obteve-se 39 artigos em RS, 31 em STK e 35 com abordagem mista RS/STK.

Tabela 2. Classificação quanto à abordagem teórica predominante

Abordagem Teórica	1975-1979	1980-1984	1985-1989	1990-1994	1995-1999	2000-2004	2005-2009	2010-2014	Frequência
RS	2	1	1	3	1	1	12	19	39
RS/STK						2	7	26	35
STK					5	4	13	8	31
Total Geral	2	1	1	3	6	7	32	53	105

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerando-se apenas o total de publicações por abordagem, pode-se inferir que existe uma distribuição equilibrada, com destaque para as publicações onde a definição de CSP é embasada em responsabilidade social corporativa, evidenciando que ainda que em pequena escala, o construto é mais comumente associado à sua origem, que se ancora nos estudos de responsabilidade social.

Contudo, outros aspectos nessa linha evolutiva merecem ser mencionados. Nota-se que nos estudos empíricos sobre CSP, a Teoria dos Stakeholders só assumiu expressividade a partir dos anos 90, especialmente a partir de 1995. Ou seja, a partir da publicação de Clarkson (1995). Portanto, em termos teóricos e empíricos esta obra pode ser considerada marco inicial das abordagens de CSP sob a ótica da Teoria dos Stakeholders.

Seguindo a linha de estudos que despertam novas perspectivas, observa-se no gráfico que a abordagem mista tem suas primeiras menções nos anos 2000, contemporaneamente às publicações de Griffin (2000) e Carroll (2000) que delimitam suas definições de CSP envolvendo tanto aspectos de RSC como a Teoria dos

Stakeholders. Cumpre destacar que a partir do surgimento dessa abordagem ela passa a ser predominante nos estudos empíricos, concentrando 49% das publicações nos últimos cinco anos. O gráfico 3 apresenta a linha de evolução dessas abordagens ao longo do tempo.

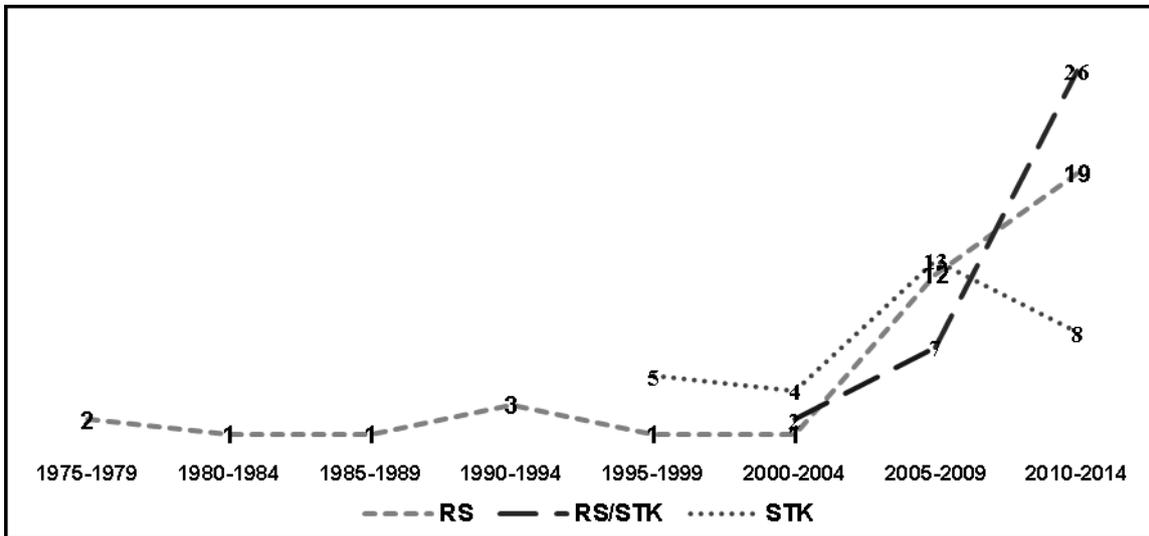


Gráfico 3. Distribuição dos artigos por abordagem teórica predominante

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se um aumento exponencial de todas as abordagens a partir de 2005 que pode ser explicado pelo aumento geral de estudos empíricos envolvendo a CSP. No entanto a abordagem de CSP relacionada à Teoria de Stakeholders é a única a apresentar uma queda, a partir de um pico no período de 2005-2009. Essa queda poderia significar que diante da Teoria dos Stakeholders, outros ferramentais podem estar sendo utilizados para mensuração do desempenho, porém este argumento só se confirmaria a partir de estudos dedicados a se aprofundarem neste levantamento.

Conceitos de CSP

Analisando-se os conceitos de CSP adotados nos estudos empíricos observou-se

uma amplitude de definições com 32 referenciais distintos. Neste montante, não foram considerados os estudos que não apresentaram uma definição clara e pontual do construto, 37 no total, assim como os 6 artigos que trabalharam com definições próprias de CSP.

As definições mais recorrentes referem-se aos trabalhos de Wood (1991) e Carroll (1979), dois estudos amplamente difundidos na literatura de Business & Society. Seguidos pelos estudos de Wartick e Cochran (1985), Carroll (2000), Clarkson (1995) e Barnett (2007), como pode ser observado na Tabela 3. Ressalta-se que em alguns estudos foram utilizados mais de uma referência para definir CSP.

Tabela 3. Conceito de CSP

Autores	1975- 1979	1980- 1984	1985- 1989	1990- 1994	1995- 1999	2000- 2004	2005- 2009	2010- 2014	Freq.	(%)
Wood (1991)				1	2	2	8	14	27	23%
Carroll (1979)				2			5	6	13	11%
Wartick e Cochran (1985)				1				2	3	3%
Carroll (2000)						2	1		3	3%
Clarkson (1995)							1	1	2	2%
Barnett (2007)								2	2	2%
Outros			1	1	2	1	6	15	26	22%
Não tem definição pontual	2	1			2	2	11	19	37	31%
Definição própria					1		3	2	6	5%
Total	2	1	1	5	7	7	35	61	119	100%

Fonte: Elaborado pelos autores

A definição de Wood (1991) é a mais citada. Embora a autora possua outros estudos relevantes envolvendo a temática de CSP, como é o caso de Wood e Jones (1995) e Wood (2010) onde faz uma revisão dos aspectos de mensuração da CSP, estes trabalhos não foram mencionados. Nestas abordagens mais recentes a autora já trabalha com a inserção de stakeholders em sua definição, porém o que parece realmente ter sido absorvido ao nível dos estudos empíricos é seu trabalho mais antigo, vinculado à base da RSC.

Carroll (1979) é o segundo autor mais referenciado, embora já tenham decorrido cerca de 35 anos de sua publicação seminal determinando um modelo de CSP, que foi base inclusive para o modelo de Wood (1991). Em Carroll (1979) tem-se uma definição de CSP integralmente focada em RSC. Mas ao longo dos anos o autor, a despeito de outros que também o fizeram, foi absorvendo a Teoria de Stakeholders em suas proposições. Esses trabalhos foram base para algumas definições nos estudos empíricos mas em menor incidência, como é o caso de Carroll (2000), o autor é mencionado ainda por outros estudos.

Wartick e Cochran (1985) que também foram percursos de Wood (1991) têm o

terceiro estudo mais referenciado para definição do construto de CSP, com 3 menções nos artigos analisados. Na análise longitudinal, percebe-se que os autores ficaram um período de 10 anos sem serem referência para definição de CSP, voltando a cena contemporaneamente em dois estudos publicados nos anos 2010 e 2012.

Clarkson (1995) e Barnett (2007) dividem o quinto lugar e ambos discutem o construto na perspectiva do atendimento do interesse dos stakeholders. A menção aos dois autores foi feita em estudos mais recentes, publicados nos últimos 10 anos.

Alguns autores não tiveram expressividade nas citações por obras pontuais, mas suas definições de CSP foram adotadas de maneira esporádica, como é o caso de Jennifer J. Griffin, John Mahon, Sandra Waddock e Shawn L. Berman. Tratam-se de autores com intensa produção e recorrentes citações no âmbito da literatura de Business & Society, inclusive envolvendo questões relativas ao desempenho social em variadas esferas.

De 2005 em diante, nota-se a presença de artigos empregando suas próprias definições de CSP, sem amparo em definições pré-existentes, com exceção para um artigo de 1995 que refere-se a obra de Clarkson.

Ainda nesta análise, é conveniente destacar a ascendência de artigos empíricos que não fazem uma delimitação clara do conceito de CSP que adotam. Nestes casos foram observados trabalhos que apresentam várias conceituações de CSP numa espécie de narrativa do construto, sem se posicionar perante uma ou outra definição, assim como, houveram estudos onde o CSP fazia parte da discussão, mas sem uma definição conceitual explícita, ou mesmo qualquer menção teórica ou operacional. Essa indefinição foi visualizada em 31 estudos empíricos e tem demonstrado forte crescimento nos últimos 15 anos.

A julgar pelas definições de CSP defendidas pelos estudos empíricos pode se observar a predominância das abordagens correlacionadas à RSC, pelo domínio de

citações remetendo aos modelos de Wood (1991) e Carroll (1979). Contudo, o volume de estudos “indefinidos” não permite inferir com clareza essa predominância.

Variáveis dos modelos empíricos

Em relação aos modelos empíricos de CSP as variáveis foram levantadas e apresentam-se distribuídas conforme a Tabela 4.

Ao classificar-se as variáveis entre stakeholders e questões sociais, observou-se que em termos qualitativos cada um dos dois grupos ficou com 6 variáveis, porém as que foram agrupadas em questão social são mais representativas quantitativamente e respondem por 56% das variáveis empregadas nos estudos empíricos, contra 44% das classificadas como stakeholders.

Tabela 4. Frequência das Variáveis de CSP

Variáveis	Freq.	Classificação	% acum.	Variáveis	Freq.	Classificação	% acum.
Meio Ambiente	72	Questão social	19%	Empregados	70	Stakeholder	18%
Produtos	41	Questão social	29%	Comunidade	63	Stakeholder	34%
Diversidade	36	Questão social	38%	Clientes	20	Stakeholder	39%
Govern. Corporativa	30	Questão social	46%	Fornecedores	10	Stakeholder	42%
Outros	20	Questão social	51%	Minorias	5	Stakeholder	43%
Recursos Humanos	18	Questão social	56%	Governo	4	Stakeholder	44%

Fonte: Elaborado pelos autores

Observou-se ainda que independente da abordagem as três variáveis mais frequentes são comunidade, empregados e meio ambiente.

Evolução do Construto em Função dos Estudos Empíricos

Considerando os modelos de CSP propostos na literatura, a Figura 2 ilustra a

evolução destes modelos no tempo, bem como a adesão que os mesmos encontraram nos estudos empíricos, em função do volume de citações que receberam. Observa-se que as definições de Wood (1991) e Carroll (1979) são as mais amplamente aceitas, seguidas de Wartick e Cochran (1985), Carroll (2000), Clarkson (1995) e Barnett (2007).

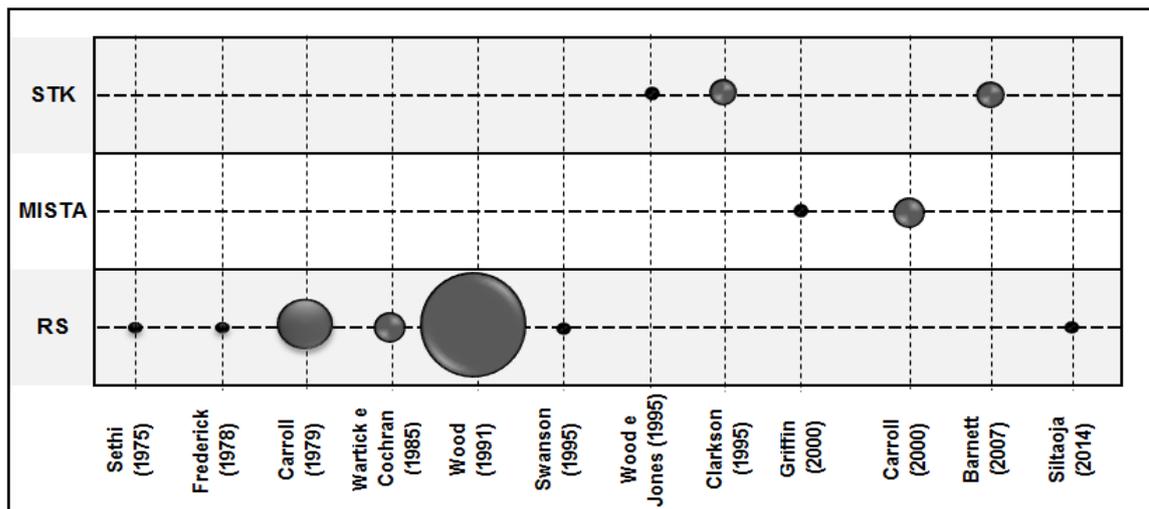


Figura 2: Evolução dos modelos de CSP em função dos estudos empíricos

Fonte: Elaborado pelos autores

As proposições de Sethi (1975), Frederick (1978), Swanson (1995) e Wood e Jones (1995) não foram mencionadas, indicando baixa aderência desses modelos aos estudos empíricos. Essa analogia não pode ser estendida ao trabalho de Siltaoja (2014), em função do caráter recente de sua publicação, no entanto ressalta-se que este estudo refere-se a uma revisão do modelo de Wood (1991), que apenas incrementa uma dimensão para análise do CSP, qual seja a criação de conhecimento. Ressalta-se novamente, que a variedade de definições empregadas e o número de estudos que não se posicionaram, não permite que se nomeie qualquer um destes modelos como suporte definitivo ao construto de CSP.

Com relação à operacionalização da CSP, observou-se o predomínio das variáveis: meio ambiente, comunidade e empregados, mas sem descartar as demais, que parecem ser empregadas circunstancialmente em função do contexto no qual o construto é aplicado.

Ao analisar as abordagens teóricas que suportaram os estudos de CSP, sobretudo nos últimos 10 anos, observou-se uma predominância de estudos (40%) que adotam uma abordagem mista, ou seja,

pautada em RSC e Teoria dos *Stakeholders*. A variedade e o desalinhamento de boa parte dos estudos acerca da definição de CSP adotada, assim como o volume de variáveis empregadas para sua operacionalização, confirmam o que já havia sido constado por Gond e Crane (2010), que existe de fato, uma ausência de padrões e delimitações acerca da análise do desempenho social a partir dos estudos empíricos.

Contudo, esses mesmos aspectos podem ser respaldados na abordagem de Griffin (2000) sinalizando uma tendência de que não há universalização do construto de CSP, nem tampouco de suas variáveis. Portanto, a falta de uma definição padronizada pode ser entendida como uma tentativa de particularizar a análise do desempenho social conforme a realidade de cada contexto de estudo. Da mesma forma, o emprego de variáveis mistas envolvendo questões sociais e *stakeholders* vai de encontro a definição da autora de que em suma, a CSP informa o desempenho social de uma organização para com a sociedade e seus *stakeholders*.

Assim, analisando a evolução do construto CSP, suas origens em RSC, seus aportes da Teoria dos *Stakeholders* e

considerando seu estágio atual, verifica-se que as pesquisas contemporâneas caminham para uma abordagem mista, sem uma delimitação padronizada do construto, encarando-o em termos gerais como uma métrica do desempenho social em função do relacionamento entre empresa, *stakeholders* e sociedade.

Diante das críticas recebidas quanto à indefinição do construto, os resultados desta pesquisa apontam que esta não é a mais grave das problemáticas que o circundam. Pois, mais importante do que enquadrá-lo em função da sua abordagem teórica (RSC, STK ou RSC/STK), é posicionar-se quanto a uma destas abordagens, aspecto que não foi observado em um número expressivo de trabalhos analisados.

É importante ressaltar que a CSP constitui-se em uma medida de desempenho e portanto, deve ser embasada em uma premissa conceitual que viabilize e torne assertiva a sua operacionalização. Antes de empregar o conceito deve-se definir primeiramente sob qual teoria se está imbuído e alinhá-lo em conformidade com essa teoria, reiterando que mais crítico do que a variedade de definições é a ausência de uma definição.

Assim, em termos normativos, para se desenvolver um estudo aplicando CSP pela ótica da RSC sugere-se aporte nos estudos de Wood (1991) e demais variações do seu modelo, como a definição atual de Siltaoja (2014). Nestes estudos a CSP é percebida como resultado de uma organização quanto às suas atividades sociais. Porém, se o interesse for analisar a CSP pela ótica da Teoria dos *Stakeholders*, Clarkson (1995) é a mais expressiva referência, ao entender a CSP como o resultado da organização perante o atendimento de seus *stakeholders*. Por fim, se a

demanda do pesquisador é trabalhar com ambas as abordagens, como parece ser predominante nos estudos atuais, sugere-se respaldo nos trabalhos de Griffin (2000), Carroll (2000) e mais contemporaneamente Griffin e Prakash (2014), que consideram o desempenho da empresa perante a sociedade e seus *stakeholders*, percebido de forma estratégica. Uma análise da figura 2 permitirá o mapeamento e designação de outras referências que possam ser úteis nessa delimitação.

CONCLUSÕES

A partir dos *gaps* encontrados na literatura envolvendo a indefinição conceitual e a imprecisão de variáveis para mensuração de CSP, o objetivo deste estudo foi analisar sua evolução nos estudos empíricos publicados entre 1975 e 2014, ou seja, desde sua primeira menção na literatura. Para tanto, buscou-se identificar o conceito de CSP predominantemente adotado, levantar sob qual abordagem teórica os estudos se desenvolveram e, inventariar as variáveis de CSP utilizadas, através da análise de conteúdo de 105 artigos empíricos e teórico-empíricos.

Quanto ao primeiro objetivo específico, observou-se que as definições de CSP mais empregadas são as de Wood (1991) e Carroll (1979). Contudo, além destas, foram apuradas um número amplo de definições distintas, sem contar os artigos que não se posicionaram a esse respeito. Nessas circunstâncias não se pode determinar com precisão, uma definição específica de CSP a partir dos estudos empíricos. No entanto, em relação ao segundo objetivo específico observou-se que, a partir da emergência da abordagem mista (RS/STK), a mesma é

predominantemente empregada. Em resposta ao terceiro objetivo específico ao se inventariar as variáveis de CSP, observou-se que as mais difundidas são: meio ambiente, empregados e comunidade, independente da abordagem teórica predominante. Analisando-se os resultados verificou-se que o construto CSP, assim como suas variáveis, se desenvolveram sem assumir um padrão específico, embora tangenciem para uma abordagem mista, envolvendo questões sociais e *stakeholders*.

Diante do pressuposto de que mais importante do que enquadrar a CSP em função da abordagem teórica em que ela se fundamenta, é posicionar-se quanto a uma destas abordagens, argumenta-se que a principal problemática envolvendo o construto nos estudos empíricos, não se refere necessariamente à quantidade de definições distintas, mas sim, à ausência de um posicionamento coerente, alinhado a uma dessas definições, observado em grande parte dos estudos.

Considerando os resultados que remetem à aplicação contextual da CSP,

aponta-se uma limitação deste estudo, referente ao aprofundamento da análise em categorizar os modelos empíricos adotados por setor ou tipo de organização. Assim, como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se esse mapeamento dos modelos e variáveis de CSP empregados em função de cada setor ou organização.

Por fim, a contribuição deste estudo consiste em apresentar um panorama contextualizado do construto CSP provendo direcionamentos para o desenvolvimento de pesquisas futuras. A CSP enquanto medida de desempenho, carece de uma premissa conceitual. Assim, em uma abordagem integrativa e não excludente, apresenta-se aos pesquisadores as possibilidades de aplicação teórica e consequente operacionalização desse construto, seja pela ótica da RSC, referenciada principalmente nos estudos de Wood (1991), seja pela ótica da Teoria dos *Stakeholders*, conforme defendido por Clarkson (1995), ou seja, pela lente da abordagem mista (RS/STK) como proposto por Carroll (2000) e Griffin (2000).

REFERÊNCIAS

- BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BARNETT, M. L. Stakeholder influence capacity and the variability of financial returns to corporate social responsibility. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 3, p. 794-816, 2007.
- CARROLL, A. B. A commentary and an overview of key questions on Corporate Social Performance measurement. **Business & Society** v. 39, n.4, p. 466-478, 2000.
- CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of management review**, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.
- CARROLL, A. B. Corporate social responsibility evolution of a definitional construct. **Business & Society**, v. 38, n. 3, p. 268-295, 1999.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CLARKSON, M. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating Corporate Social Performance. **Academy of management review**, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

- DE BAKKER, F. G.A; GROENEWEGEN, P; DEN HOND, F. A bibliometric analysis of 30 years of research and theory on corporate social responsibility and Corporate Social Performance. **Business & Society**, v. 44, n. 3, p. 283-317, 2005.
- FREDERICK, W. C. From CSR1 to CSR2 The maturing of business-and-society thought. **Business & Society**, v. 33, n. 2, p. 150-164, 1978.
- FREEMAN, R. E. **Strategic Management: A Stakeholder Approach**. Boston: Pitman, 1984.
- GAO, Y. Corporate Social Performance in China: Evidence from large companies. **Journal of Business Ethics**, v. 89, n. 1, p. 23-35, 2009.
- GOND, J, CRANE, A. Corporate Social Performance Disoriented: Saving the Lost Paradigm? **Business and Society**. v.44, n. 4, p. 677-703, Novembro de 2010.
- GRIFFIN, J. J. Corporate Social Performance: Research directions for the 21st century. **Business & Society**, v. 39, n. 4, p. 479-491, 2000.
- GRIFFIN, J. J.; MAHON, John F. The Corporate Social Performance and corporate financial performance debate twenty-five years of incomparable research. **Business & Society**, v. 36, n. 1, p. 5-31, 1997.
- GRIFFIN, J. J.; PRAKASH, A. Corporate Responsibility Initiatives and Mechanisms. **Business & Society**, v. 53, n. 4, p. 465-482, 2014.
- LANGRAFE, T.F; BRANCO, A. C. Como medir a Corporate Social Performance? O estado da arte. **Anais do SemeAd: Seminários de Administração**. FEA-USP, São Paulo, Setembro de 2014.
- LEE, M. D. P. A review of the Theories of Corporate Social Responsibility: Its Evolutionary Path and the Road Ahead. **International Journal of Management Reviews**. v. 10, n. 1, p. 53-70, 2008.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L.; AMBONI, N.; CUNHA, V. C. Produção acadêmica em administração pública: período 1983-88. **ENANPAD- Encontro anual da Anpad**, v. 13, 1989.
- ROWLEY, T.; BERMAN, S. A brand new brand of Corporate Social Performance. **Business & society**, v. 39, n. 4, p. 397-418, 2000.
- SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A. B. Integrating and unifying competing and complementary frameworks: The search for a common core in the business and society field. **Business & Society**, 2007.
- SETHI, S. P. Dimensions of Corporate Social Performance: An analytical framework. **California Management Review (pre-1986)**, v. 17, n. 000003, p. 58, 1975.
- SILTAOJA, M. E. Revising the corporate social performance model-towards knowledge creation for sustainable development. **Business Strategy and the Environment**, v. 23, n. 5, p. 289-302, 2014.
- SWANSON, D. L. Addressing a theoretical problem by reorienting the Corporate Social Performance model. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 43-64, 1995.
- WARTICK, S. L.; COCHRAN, P. L. The evolution of the Corporate Social Performance model. **Academy of management review**, v. 10, n. 4, p. 758-769, 1985.
- WOOD, D. J. Corporate Social Performance revisited. **Academy of management review**, v. 16, n. 4, p. 691-718, 1991.
- WOOD, D. J. Measuring Corporate Social Performance: A Review. **International Journal of Management Review**. 2010.

WOOD, D. J.; JONES, Raymond E. Stakeholder mismatching: A theoretical problem in empirical research on *Corporate Social Performance*. **The International Journal of Organizational Analysis**, v. 3, n. 3, p. 229-267, 1995.

AGRADECIMENTOS

Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada em 2015 no XVIII SemeAd Seminários em Administração, promovido pelo Departamento de Administração da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Os autores agradecem as valiosas contribuições recebidas dos anônimos avaliadores, assim como as contribuições oriundas da Sessão de Aprimoramento de Estudos Científicos - Sapiens, oportunizada neste mesmo evento.

NOTA

(1) Doutoranda em Administração pela Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, SP. Mestre em Administração pela Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC, Belo Horizonte, MG. Especialista em Gestão Contábil pela FACED, Divinópolis, MG. Bacharel em Administração pela Faculdade de Nova Serrana - FANS, Nova Serrana, MG. Pesquisadora com dedicação integral ao PPGA/FEA/USP - Bolsista CAPES.

(2) Mestre em Administração pela Universidade Nove de Julho, Uninove, São Paulo, SP. Especialista em Educação Física Escolar pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo, SP. Bacharel em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP. Atua como assessor de projeto e pesquisa junto a SC Consultoria, Esportes e Educação.

(3) Livre docente pela Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, SP. Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, SP. Mestre em Administração pela Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Bacharel em Administração e Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Professor Associado do Departamento de Administração, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Enviado: 19/11/2015

Aceito: 16/08/2016